

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Novas formas de proletarização?. Reestruturação produtiva e a questão das classes.

Sávio Cavalcante.

Cita:

Sávio Cavalcante (2009). *Novas formas de proletarização?. Reestruturação produtiva e a questão das classes. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1471>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Novas formas de proletarização? Reestruturação produtiva e a questão das classes

Sávio Cavalcante
UNICAMPUEL
Doutorando em Sociologia,
Universidade Estadual de Campinas
Professor Colaborador Depto. Ciências Sociais,
Universidade Estadual de Londrina
saviocavalcante@yahoo.com.br

A reorganização das relações de trabalho e as modificações tecnológicas pelas quais passaram as empresas no capitalismo neoliberal contemporâneo atingiram diretamente as noções acerca das classes sociais. A busca por uma renovação conceitual dentro dos traços essenciais que definem a questão das classes exige uma problematização histórica e teórica das condições que tornaram seu uso tão controverso.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que já se encontravam, no contexto político e econômico anterior às transformações iniciadas principalmente a partir da década de 1970, diversos questionamentos aos modelos teóricos baseados na contradição entre proletariado e burguesia. O período marcado pela reconstrução dos países abalados pelas duas guerras mundiais presenciou a emergência de uma forma de acumulação de capital que buscou compatibilizar crescimento econômico e manutenção da

lucratividade com certas garantias e direitos à força de trabalho organizada. Em outras palavras, no interior das mudanças trazidas pelo *Welfare State*, não foram poucas as teorias que afirmaram ter o desenvolvimento do capitalismo tomado um rumo bastante diferente daquele traçado pelas leituras marxistas tradicionais, isto é, que diferentemente da polarização entre proletariado e burguesia e a pauperização crescente da força de trabalho, o que teria sido registrado fora o crescimento de uma classe média distinta tanto da base proletária quanto da ponta capitalista. Trabalhos como de W. Mills (1976) e Bell (1973) anunciavam uma tendência de análise sociológica que tomaria “bases objetivas” cada vez maiores com o advento da reestruturação produtiva, ou seja, que o desenvolvimento das forças produtivas criava uma camada de assalariados não manuais responsáveis pelo funcionamento das grandes burocracias que tomavam conta dos empreendimentos capitalistas. Ao contrário de agudizar as contradições entre capital e trabalho, a complexidade das organizações industriais e de serviços criou uma nova classe com certa estabilidade, interesses próprios, valores distintos e “consciência” diferenciada.

Quando os processos de reestruturação produtiva tomaram traços mais nítidos na década de 1970, com a adoção de técnicas de gerenciamento como o toyotismo e a introdução intensa de novas tecnologias, acrescentou-se aos questionamentos das noções de classe um fator adicional: o trabalho humano, pelo menos na esfera produtiva, teria se tornado supérfluo. Senão em curto, pelo menos no longo prazo. De forma que tanto movimentos teóricos quanto práticos que se baseassem em lutas sociais e políticas ancoradas no trabalho estariam presos a uma tese anacrônica. De Gorz (1982) a Offe (1989) e Touraine (1982), entre tantos outros e com suas evidentes diferenciações, elegeu-se como causa explicativa das mutações contemporâneas o advento de uma sociedade pós-industrial, na qual a noção tradicional de classes sociais não teria a mesma operatividade e capacidade analítica frente à “heterogeneidade” dos interesses e valores que formam diversos grupos ligados a questões e demandas fora da esfera do trabalho. O refluxo das lutas operárias, o crescimento dos serviços e da “identidade” pelo consumo, novos movimentos sociais, entre outros elementos, seriam as evidências dessa suposta nova sociabilidade.

Essa brevíssima revisão de alguns pontos polêmicos da teoria social contemporânea tem como objetivo chamar a atenção a um problema a ser enfrentado no campo teórico: se é possível, na contramão das análises apresentadas, dar atualidade e vigor à noção de classe social na sociedade contemporânea, quais critérios e condições esse projeto deve seguir?

Para poder dar algumas indicações às possíveis respostas a esse problema, torna-se necessário reproblematicar o entendimento sobre a força de trabalho assalariada e, mais especificamente, a condição proletária.

CONTROVÉRSIAS NA DEFINIÇÃO DO PROLETARIADO

Mesmo na tradição marxista, não existe um consenso sobre os critérios que definem a posição do proletariado em relação às demais classes. Embora seja de comum acordo que o ponto de partida é o fato de serem assalariados em oposição a proprietários dos meios de produção, persiste a dificuldade em se estabelecer as diferenças internas dentro do conjunto dos assalariados.

Num período em que os níveis intermediários das empresas não constituíam porções tão significativas e em que havia a necessidade de inclusão de uma massa de trabalhadores manuais para a produção, tornou-se mais direta a vinculação do proletariado com o trabalho operário fabril. A definição exposta por Marx (2001, p. 717) em *O Capital* foi entendida principalmente dentro dessa perspectiva: “por proletário deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do ‘*monsieur capital*’, como o chama Pecqueur”. Duas questões importantes precisam ser aqui ressaltadas: a noção de proletário é associada ao conceito de trabalho produtivo, desenvolvido nesta ocasião e em escritos não publicados em vida (segundo e terceiro livros de *O Capital*, *Capítulo sexto inédito* e *Teorias da mais-valia*); e a precisão da dimensão da análise, ou seja, é significativo que Marx tenha inserido este “economicamente” para qualificar sua definição, o que indica o não desprezo por outros determinantes.

Não é de pouca relevância, então, entender o que Marx chama de trabalho produtivo para se pensar na formação das classes. Embora o proletariado não seja o resultado de uma simples equação estabelecida na produção, diferenciar o trabalho que cria valor daquele que simplesmente o conserva, é colocar um marco divisório em relação às teorias econômicas precedentes¹. Ocorre que a mesma falta de consenso impera nas interpretações e definições do trabalho produtivo². E, ainda, mesmo que haja algum consenso num nível mais abstrato, a complexidade das diferentes formas de capitais que assumem as empresas industriais e de serviços faz com que as atividades produtivas e improdutivas, ainda mais hoje em dia, se entrelacem num emaranhado de difícil caracterização na realidade concreta.

Sem entrar em detalhes nas polêmicas da definição acerca do trabalho produtivo, cabe destacar que Marx concebe o trabalho produtivo em duas dimensões e que uma delas, ao pensar a relação capitalista, implica na discussão do papel da divisão dos trabalhos intelectual e manual. De forma sucinta, quando a atenção é dada a qualquer forma de trabalho (capítulo V do Livro I de *O Capital*),

¹ Ver, para tanto, Rosdolsky (2001).

² Ver, por exemplo, Poulantzas (1978), Braverman (1987), Antunes (2002), Lessa (2007).

sem as particularidades históricas, é produtivo todo o trabalho que cria valores-de-uso. Quando se pensa o modo especificamente capitalista de produção, essa tese se torna “insuficiente”, ou seja, a produtividade e a improdutividade são pensadas em relação ao capital, o que significa dizer que é produtivo o trabalho assalariado que cria diretamente mais-valia.

Boa parte das controvérsias sobre essa caracterização reside na forma pela qual os trabalhos manuais e intelectuais são incorporados a essa definição. Em outras palavras, quando se refere a uma “capacidade de trabalho socialmente combinada” que se converte em agente desta produção, há uma incorporação de atividades não necessariamente manuais no interior do trabalho produtivo e, dentro dos critérios econômicos, do próprio proletariado³. Da mesma forma, independentemente de ser o produto material ou imaterial, é produtivo todo o trabalho que está diretamente vinculado à produção de mais-valia. Já o trabalho improdutivo seria aquele que se realiza na esfera da circulação e do consumo, no qual o trabalhador assalariado não proporciona criação de valor, na verdade, vende sua força de trabalho como valor-de-uso. É, nas palavras de Marx, consumido como “serviço”.

Tradicionalmente, a força de trabalho proletária esteve reunida em torno da produção fabril e, embora não necessariamente homogênea, apresentava contornos mais nítidos em comparação a atividades intelectuais, principalmente as de mando, controle e gerência. As classes médias, como pensadas por Marx desde o Manifesto, seriam ainda resquícios de esferas não atingidas completamente pelo modo capitalista de produção, isto é, artesões e pequenos proprietários e comerciantes.

O que vários modelos teóricos ao longo do século XX buscaram mostrar é que as novas camadas intermediárias (assalariados não-manuais) teriam como marca diferencial serem produzidas internamente à produção capitalista, ou seja, eram fruto do próprio desenvolvimento do capitalismo: necessidade de gerenciamento, técnicas diferenciadas, corpo administrativo. Como pensar, dentro desses moldes, as divisões de classe?

Implícita às controvérsias conceituais, existe uma questão de fundo. O modo de produção especificamente capitalista não está, por completo, em todas as formas de assalariamento numa dimensão bem precisa: o capital não subsume *realmente* todas as espécies de trabalho. A partir desta assertiva poderíamos entender uma das razões pelas quais existem diferentes acepções de trabalho produtivo nos textos de Marx (publicados ou não em vida), pois se for suposta a generalização do modo especificamente capitalista de produção passa-se, assim, a restringir todo o trabalho produtivo àquele que gera mais-valia.

³ O capítulo sexto inédito de O Capital, texto de Marx não publicado em vida, é o que mais sustenta essa visão.

Quando Marx discutiu essas atividades em outros textos ou manuscritos, refere-se à produção não-material como “formas de transição” – nem bem formalmente subsumidos ao capital (no caso das atividades que existem isoladas do produtor, como livros e quadros) – ou como atividades pouco significativas ou inexpressivas do ponto de vista capitalista (aquelas em que a atividade inexistiria sem o produtor, como professores).

Poderíamos, então, considerar que o proletariado para Marx é o “operariado” precisamente por estar inserido, como nenhum outro em sua época, nas formas reais de subsunção do trabalho ao capital – isto o torna descartável, ao sabor das flutuações do mercado e integrado ao meio técnico de produção–, o que, contudo, não impossibilita uma proletarização em outras camadas na medida em que avançam as formas da subsunção real em atividades de conteúdo “não-materiais”.

Assim, resta analisar e nos perguntar se o processo de reestruturação produtiva tem acarretado novas formas de proletarização em segmentos operários e não-operários.

AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Dentre a extensa bibliografia sobre o tema (Mészáros, 2002; Antunes, 2000 e 2002; Bihr, 1999; Gounet, 1999; Alves, 2000; Pinto, 2007; Marcelino, 2008; entre outros), podem ser elencadas algumas tendências gerais dos processos de reestruturação produtiva e suas consequências para os trabalhadores.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as inovações tecnológicas somente são aplicadas em meio a processos mais gerais de mudanças organizacionais. Nesse sentido, a influência do ideário toyotista sobre as reestruturações foi importante na medida em que trouxe uma nova sistematização técnica capaz de aumentar a produtividade das empresas com menos trabalhadores. Para buscar a produtividade máxima mesmo quando as demandas não aumentam satisfatoriamente, a solução toyotista foi criar uma produção “enxuta” (*lean production*) organizada num tempo preciso e que não originava estoques.

Este molde exigia que o manejo da força de trabalho – formas de contratação, gerenciamento, demissões – tivesse um caráter “flexível”, principalmente em relação à rigidez dos arranjos institucionais que moldaram o período taylorista-fordista (Cf. Clarke, 1991). Assim, não é sem razão o fato de que as principais mudanças nessa esfera se iniciam quase que totalmente a partir da quebra das mais variadas espécies de resistência dos trabalhadores, como a fragilização das organizações sindicais e o avanço de reformas neoliberais do Estado, que resultaram em perda de direitos aos trabalhadores. A retomada da lucratividade pelas empresas é realizada a partir do enxugamento de

suas atividades e conseqüente intensificação do trabalho, para trabalhadores cada vez menos protegidos pelas legislações sociais.

Outra faceta do enxugamento é a busca pelo envolvimento completo dos trabalhadores (que permanecem) aos objetivos da empresa, ou seja, uma tentativa de interiorização, por cada trabalhador, de programas como redução de custos e aumento de lucratividade. Como alguns autores têm demonstrado (Antunes, 2002; Wolff, 2004), há uma tentativa de incorporação da subjetividade operária aos ditames empresariais, o que se faz por meio de métodos como os Círculos de Controle de Qualidade ou Programas de Qualidade Total.

A conseqüência dessas reestruturações faz-se sentir, sobretudo, na desmembração das unidades produtivas. Uma das principais marcas desse cenário é que a verticalização organizacional própria do auge fordista tem sido substituída intensivamente por cadeias horizontalizadas, ou seja, pela criação de uma extensa e complexa rede de subcontratação e terceirização. Trata-se o que J. Castillo e Antunes chamam de *liofilização organizacional*, ou seja, o enxugamento de plantas produtivas via redução de trabalhadores nas empresas principais.

Uma conseqüência das subcontratações e terceirizações é a consolidação de dois tipos de identidades laborais. A empresa principal, de um lado, constitui um núcleo no qual está presente uma força de trabalho mais qualificada e melhor remunerada, com certa estabilidade. Por outro lado, nas empresas terceirizadas ou subcontratadas, a instabilidade e precariedade dos vínculos são mais comuns, assim como menores remunerações. O caso das empresas de telecomunicações é elucidativo (Cavalcante, 2009). Contudo, essa divisão também está presente no interior uma mesma empresa, a qual, terceirizando segmentos de sua produção ou de seus serviços básicos, além de cortar gastos, promove uma quebra de coletivos de trabalho e, conseqüentemente, a diminuição do poder das entidades sindicais. A conseqüência política que envolve a terceirização é, assim, tão importante quanto os ganhos econômicos que ela possibilita.

A partir dessas características, tornou-se recorrente, em várias análises, uma reproblemática da noção de classe, em especial o proletariado, à luz das transformações atuais. Um viés digno de nota tem sido aquele que busca alargar a noção de proletariado na medida em que o impacto das reestruturações teria fragmentado ou diversificado os antigos coletivos de trabalho. Nesse sentido, Antunes (2002) alega que há uma nova diversificação da classe trabalhadora, distinta daquela que corresponde aos marcos do desenvolvimento do fordismo/taylorismo, a qual passa a incorporar um leque maior dos trabalhadores assalariados: do setor de serviços, terceirizados, informais, subempregados, desempregados. Nas palavras do autor, seria uma classe-que-vive-do-trabalho. Ao contrário da tese de Offe (1989), por exemplo, afirma Antunes que o setor de serviços comporta

cada vez mais uma tendência de proletarização e de identificação com a racionalidade capitalista. Beynon (2002) assim também visualiza essa situação, indicando a emergência de *trabalhadores bifenizados* constituídos pela “flexibilização” dos vínculos de trabalho: *part-time-workers* (trabalhadores em tempo parcial), *temporary-workers* (temporários), *casual-workers* (trabalhador casual ou precário), ou mesmo *self-employed-workers* (por conta própria).

Um estudo pioneiro na defesa da ampliação do proletariado, que o iguala praticamente ao conjunto dos assalariados, foi o de Braverman (1987)⁴, ainda anterior ao período mais intenso da reestruturação produtiva, que versava sobre as conseqüências do taylorismo nas mais variadas áreas, de trabalhos manuais ou não. Para Braverman, a aceleração da acumulação de capital e a geração de novos tipos de trabalho, longe de representar uma maior autonomia e liberdade ao trabalhador, conduzem a uma desqualificação do trabalhador coletivo proporcionada pelo agravamento das contradições do capitalismo e de suas forças produtivas:

Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado apenas como conseqüência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum (Braverman, 1987, p. 357).

No mesmo período, Poulantzas (1978) igualmente se lançou a discutir os conceitos fundamentais de Marx a partir de novas condições traçadas pelo capitalismo. Contudo, sua visão é distinta em relação às afirmações de Braverman, pois não considera que o assalariamento generalizado possa incorporar a todos no conceito de proletariado e sugere, assim, que se trata da emergência de uma “nova pequena burguesia”, composta de trabalhadores assalariados não-produtivos e algumas camadas do campo intelectual do trabalho produtivo. Para o autor, supervisores e gerência são excluídos do proletariado, pois, mesmo que produtivos em alguns casos, representam a dominação política do capital e reproduzem as condições de exploração. Engenheiros e técnicos, por sua vez, também não fazem parte por serem os detentores dos “conhecimentos secretos”, ou do “monopólio do saber”, do processo de produção, se colocando de forma antagônica com a classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho. Contudo, lembra Poulantzas que a divisão entre trabalho intelectual e manual se efetiva também no *interior do campo do trabalho intelectual*. Ou seja, por não

⁴ Original publicado em 1974.

ignorar a contradição permanente da acumulação capitalista de qualificação-desqualificação, o autor lembra que aspectos de dominação e degradação, próprios do controle sobre o trabalho manual, se impõem também para aqueles situados no campo intelectual, o que pode os aproximar de uma luta política organizada pela classe operária.

ALGUMAS PISTAS PARA A DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE O PROLETARIADO

Embora exista certa supervalorização em relação à diminuição do trabalho manual no capitalismo contemporâneo (basta pensar o acelerado crescimento industrial em várias regiões do planeta, como na China), torna-se cada vez mais importante discutir analiticamente a condição de trabalhadores não manuais e a pertinência em incluí-los em uma condição proletária.

Assim, ressalta-se que em vários segmentos da produção atual há uma imbricação crescente das atividades manuais com meios informatizados. Contra o excesso de otimismo implícito nas teorias da sociedade “pós-industrial” que valorizam as conquistas qualitativas trazidas pelas novas tecnologias e pela economia de serviços, vale à pena evocar novamente as análises de Braverman (1987) e lembrar a contradição permanente do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. A despeito de não ter presenciado todo o vertiginoso desenvolvimento que a automação iria sofrer a partir dos anos de 1980, Braverman, retomando Marx, mostrava como a evolução da maquinaria dentro do capitalismo está bem longe de ser fruto de um progresso científico-tecnológico neutro e natural. A consequência da automação, nesse sentido, foi propiciar uma poderosa ferramenta otimizadora do controle do capital sobre o trabalho e, por conseguinte, da lucratividade empresarial. Daí ela igualmente exercer a função de ferramenta gerencial. Tal como o autor detalhou na sua exposição dos *trabalhadores em escritório*, longe de levar a uma melhoria crescente na qualidade e autonomia nestes empregos, a tendência capitalista de simplificação e desqualificação do trabalho vivo contamina hoje igualmente o setor de serviços. A consequência lógica é que o processo de controle e desqualificação foi elevado a postos mais altos. Como bem observou Kumar (1997, p. 32): “na prática, o *taylorismo* limitou-se, até meados deste século, principalmente à indústria de transformação e aos trabalhadores braçais. A computadorização tornou possível sua extensão a esferas de atividades e grupos de trabalhadores até então intocados”.

De maneiras distintas, Braverman (1984) e Poulantzas (1975) indicam que mesmo trabalhos “intelectuais” acabam por sofrer uma separação interna entre os momentos de concepção e execução. Este tese nos parece essencial para se pensar as modificações pelas quais passaram setores como o de

telecomunicações, ou seja, se, por um lado, o trabalho aí efetuado não representa os moldes clássicos das atividades operárias, por outro, indica o aparecimento de novas condições proletárias numa escala diferenciada.

Esses traços têm sido amplamente estudados no caso dos tele-operadores, isto é, no setor de tele-atendimento, tele-marketing, - os chamados *call centers* (Braga, 2007; Nogueira, 2006; Wolff, 2004). Nesse segmento encontra-se o trabalho mais acentuadamente taylorizado no interior de empresas que vivem da propagação das tecnologias informacionais. A rigidez presente neste tipo de trabalho equipara-se às linhas de montagem fabris, sendo executado a partir de um controle absoluto dos tempos e dos movimentos, até atingir a mecanização da fala desses trabalhadores. Aqui, a tecnologia se volta não para um desenvolver de potencialidades, mas para a vigilância da força de trabalho. As características maçantes do trabalho de tele-operador e o perfil geracional dos empregados – principalmente jovens – coadunam numa elevada taxa de rotatividade do trabalho: na Atento (empresa de *call center* do grupo Telefônica) cerca de 200 pessoas são demitidas ou contratadas *diariamente* (Cf. Oliveira, 2004, p. 348).

Nossa pesquisa, ainda em andamento, busca analisar se esses traços podem estar também presentes em outras áreas do setor de telecomunicações, como, por exemplo, na produção de *softwares*. Seguindo as indicações de Morris-Suzuki (1997), pode-se colocar como hipótese uma tendência crescente, mesmo nesses setores, a um tipo de atividade bem distante da figura do “cientista autônomo”. Seria um equívoco, assim, considerar que “o trabalho que não envolve diretamente a produção manual é necessariamente intelectual e criativo” (Cf. Morris-Suzuki, 1997, p. 22). Como a produção de conhecimento torna-se central nesses empreendimentos, há também a necessidade de elevar a produtividade e eficiência desses trabalhos e tal procedimento é realizado da forma mais tipicamente capitalista: intensificando a divisão do trabalho e promovendo o crescimento da fragmentação e rotinização das tarefas. É possível, assim, perceber uma desqualificação do trabalho intelectual, não obstante a existência de funções especializadas que exigem criatividade e iniciativa pessoal. Mesmo a produção científica não se resume à independência individual, pois muitos desses cientistas são substituídos por trabalhadores intelectuais cuja relação com os produtos de sua pesquisa não é essencialmente diferente da relação existente entre os trabalhadores da linha de montagem de Ford e a produção em massa de carros. Segundo Morris-Suzuki (1997, p. 23), é cada vez mais real a “produção em massa de conhecimento”.

Mas a tendência de desqualificação desses trabalhos não-manuais não representa, mecanicamente, um aumento das fronteiras do proletariado. Isso porque a noção de classe precisa ser construída a partir

das lutas entre as classes e, justamente nesse sentido, sente-se a falta de pesquisas, o que pretendemos desenvolver ao longo dos próximos passos deste nosso trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- BELL, Daniel. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- BEYNON, Huw. “O sindicalismo tem futuro no século XXI?” In Santana; M.A. e Ramalho, J. R., *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, São Paulo, Boitempo, 2003.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BRAGA, Ruy. “A vingança de Braverman ou a outra face do trabalho informacional”, *Revista Outubro*, São Paulo, nº 15, 2007.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- CAVALCANTE, Sávio. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009 [No prelo].
- CLARKE, Simon. “Crise do fordismo ou crise da Social-Democracia?”, in *Lua Nova*, nº24, setembro de 1991.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- KUMAR, Krishan.. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1997.
- LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, São Paulo, Cortez, 2007.
- MARCELINO, Paula. “Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil”. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH, Unicamp, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. “Robots and capitalism”. In DAVIS, J. *et alii.* (org). *Cutting edge*. London/ New York, Verso, 1997.
- NOGUEIRA, Cláudia. *O trabalho duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” in *Trabalho e sociedade*, Vol. I. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Sirlei. *Reestruturação das telecomunicações no Brasil: uma (re)visão das estratégias de gestão da produção e das relações de trabalho na cadeia produtiva*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.
- PINTO, Geraldo. *A organização do trabalho no século 20*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2001.
- TOURAINE, Alain. *A sociedade pós-industrial*. Lisboa, Porto, 1982.
- WOLFF, Simone. *O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH / UNICAMP, Campinas-SP, 2004.
- WRIGHT MILLS, Charles. *A nova classe média (white collar)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.